

26/04/2007

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 473.715-9 CEARÁ

RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
AGRAVANTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADVOGADO(A/S) : VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : CAPINE - COMPANHIA AGROPECUARIA E
INDUSTRIAL DO NORDESTE LTDA
ADVOGADO(A/S) : FERNANDO GOUVEIA DA PAZ E OUTRO(A/S)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DESAPROPRIAÇÃO. BENFEITORIAS. PAGAMENTO EM ESPÉCIE. DISPOSITIVOS LEGAIS DECLARADOS INCONSTITUCIONAIS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. COISA JULGADA. DESCONSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

É certo que esta Suprema Corte declarou a inconstitucionalidade de dispositivos que autorizam o pagamento, em espécie, de benfeitorias fora da regra do precatório. Isso não obstante, no caso dos autos, esse pagamento foi determinado por título executivo que está protegido pelo manto da coisa julgada, cuja desconstituição não é possível em sede de recurso extraordinário interposto contra acórdão proferido em processo de embargos à execução.

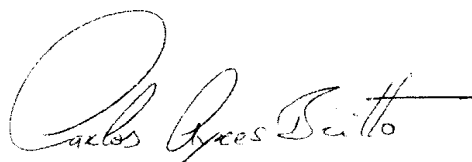
Precedente: RE 443.356-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence.

Agravo regimental desprovido.

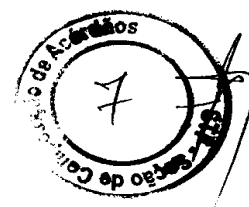
A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 26 de abril de 2007.



CARLOS AYRES BRITTO - RELATOR



26/04/2007

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 473.715-9 CEARÁ

RELATOR : **MIN. CARLOS BRITTO**
AGRAVANTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADVOGADO(A/S) : VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : CAPINE - COMPANHIA AGROPECUARIA E
INDUSTRIAL DO NORDESTE LTDA
ADVOGADO(A/S) : FERNANDO GOUVEIA DA PAZ E OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO (Relator)**

Trata-se de agravo regimental contra decisão singular
assim redigida:

*"Cuida-se de recurso extraordinário, com
fundamento na letra 'a' do inciso III do art. 102 da
Carta de Outubro, contra acórdão do Tribunal Regional
Federal da 5ª Região. Acórdão cuja ementa ficou assim
redigida (fls. 82):*

*'PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE
INSTRUMENTO. DESAPROPRIAÇÃO. EMBARGOS À
EXECUÇÃO. RECURSO DE APELAÇÃO RECEBIDO
UNICAMENTE NO EFEITO DEVOLUTIVO. DISPENSA DO
DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE
AO PRONTO LEVANTAMENTO DO NUMERÁRIO
INCONTROVERSO. POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DAS
BENFEITORIAS EM DINHEIRO. COISA JULGADA.*



- O fato de grassar tramitação nesta Corte Regional recurso de apelação interposto pelo INCRA em sede de Embargos à Execução não acarreta qualquer empecilho ao pronto levantamento da quantia incontroversa. Isso porque o aludido recurso, consoante é da praxe verificada na espécie, não possui o condão de obstar o prosseguimento da constrição, porquanto destituído de efeito suspensivo.

- Outrossim, entendimento remansoso deste Sodalício reconhece não estar submetida ao duplo grau de jurisdição a sentença exarada em sede de embargos à execução.

- Evidenciada nos autos a natureza incontroversa das cifras perseguidas, nada obsta seu imediato levantamento. Os valores efetivamente depositados pelo INCRA são superiores aos requeridos na exordial de Agravo, bem assim à dívida confessada quando do manejo dos Embargos à Execução.

- Não remanescem dúvidas, por fim, quanto à possibilidade de pagamento das benfeitorias a se realizar em espécie, haja vista tratar-se de disposição expressa constante do próprio título executivo transitado em julgado.

Agravo provido.'

(Sem destaques no original)



2. Pois bem, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA alega que foi violado o art. 100 da Lei das Leis.

3. Tenho que o recurso não merece acolhida. Para cimentar meu ponto de vista, recorro ao magistério intelectual do Ministro Sepúlveda Pertence, que, ao apreciar causa análoga à presente (RE 443.356-AgR), anotou, in verbis:

'(...)

Somente após o ajuizamento da ação de execução é que o INCRA ... passou a impugnar a forma de execução dos valores definidos na desapropriação para as benfeitorias úteis e necessárias.

Malgrado o Supremo Tribunal Federal tenha se manifestado, por duas vezes, quanto à inconstitucionalidade dos dispositivos legais que autorizam o pagamento das benfeitorias úteis e necessárias fora da regra do precatório (ADIn 1.187-MC, 09.02.1995, Ilmar; RE 247.866, Ilmar, RTJ 176/976), a sentença proferida na ação de desapropriação está protegida pelo manto da coisa julgada, cuja desconstituição não é possível pela interposição de agravo de instrumento contra a decisão que a liquidou.

Ressalto que não se discute aqui a incidência do art. 741 do C. Pr. Civil (red. Da MPv 2.180-35/2001).



(...)'

Assim, diante da impossibilidade de desconstituição da coisa julgada nesta via e tendo em conta as disposições do caput do art. 557 do CPC e ao § 1º do art. 21 do RI/STF, nego seguimento ao recurso."

2. Pois bem, a parte agravante sustenta, em síntese, que não há falar em afronta à coisa julgada. Afirma que o Supremo Tribunal Federal considera inconstitucional "o pagamento de verba pela Fazenda Pública sem o devido precatório".

3. Mantenho a decisão agravada e submeto o presente feito à apreciação da Turma.

É o relatório.

* * * * *



26/04/2007

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 473.715-9 CEARÁV O T O**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - (Relator)**

Tenho que a decisão singular é de ser mantida por seus próprios fundamentos. Isso porque, no caso dos autos, o pagamento, em espécie, das benfeitorias foi determinado por título executivo transitado em julgado. Título que está protegido pelo manto da coisa julgada, cuja desconstituição não é possível em sede de recurso extraordinário contra acórdão proferido em processo de embargos à execução. Nesse mesmo sentido, confira-se o RE 443.356-AgR, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence.

6. Com essas breves considerações, voto pelo desprovimento do agravo regimental.

* * * * *

CACF



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 473.715-9

PROCED.: CEARÁ

RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO

AGTE.(S): INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA -

INCRA

ADV.(A/S): VALDEZ ADRIANI FARIAS E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S): CAPINE - COMPANHIA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL DO
NORDESTE LTDA

ADV.(A/S): FERNANDO GOUVEIA DA PAZ E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator. Unânime. 1ª. Turma, 26.04.2007.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence.
Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Carlos Britto, Ricardo Lewandowski e a Ministra Cármen Lúcia.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.


Ricardo Dias Duarte
/ Coordenador